



Ficção, metafísica e ontologia fácil

Italo Lins Lemos^{1*} e Gabriel Anderson Eugênio²

¹Universidade Federal do Cariri, Av. Ten. Raimundo Rocha, 1639, 63048-080, Juazeiro do Norte, Ceará, Brasil. ²Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil. *Autor para correspondência. E-mail: italolinslemos@hotmail.com

RESUMO. A Ontologia Fácil de Amie Thomasson é uma metodologia deflacionista que sustenta que podemos responder com facilidade às perguntas sobre a existência de uma determinada entidade *K*. Para tanto, é necessário que articulemos as perguntas existenciais no interior de um *framework* linguístico, de modo que estabeleceremos as suas respectivas respostas através de meios empíricos e/ou conceituais. Partindo de uma afirmação não-controvertida que emprega um termo ‘*K*’ cujas condições de aplicação dominamos, inferiremos uma constatação ontologicamente ampliadora sobre a existência de *Ks*. Temos, assim, dois objetivos neste artigo: (1) aplicar a Ontologia Fácil ao problema da existência dos objetos ficcionais; e (2) verificar a compatibilidade dos projetos de Amie Thomasson em *Fiction and metaphysics* (1999) e *Ontology made easy* (2015a). Concluiremos que, apesar das diferenças notáveis, os dois projetos da autora são não apenas compatíveis, mas complementares, pois estabelecem, a partir de uma metodologia mais sistemática, que os objetos ficcionais existem (questão ontológica) e são artefatos abstratos (questão metafísica).

Palavras-chave: Amie Thomasson; objetos ficcionais; existência.

Fiction, metaphysics and easy ontology

ABSTRACT. Amie Thomasson’s Easy Ontology is a deflationist methodology that maintains that we can easily answer questions about the existence of a given entity *K*. To do so, it is necessary that we articulate the existential questions within a linguistic framework, so that we will establish their respective answers through empirical and/or conceptual means. Starting from a non-controversial statement that employs a term ‘*K*’ whose application conditions we master, we will infer an ontologically ampliative statement about the existence of *Ks*. We have, therefore, two objectives in this paper: (1) to apply Easy Ontology to the problem of the existence of fictional objects; and (2) to verify the compatibility of Amie Thomasson’s projects in *Fiction and metaphysics* (1999) and *Ontology made easy* (2015a). We will conclude that, despite notable differences, the author’s two projects are not only compatible, but complementary, as they establish, on a more systematic methodology, that fictional objects exist (ontological question) and are abstract artifacts (metaphysical question).

Keywords: Amie Thomasson; fictional objects; existence.

Received on December 10, 2024.

Accepted on January 29, 2025.

Introdução

Em *Fiction and metaphysics*, Amie Thomasson se ocupou da seguinte pergunta: “[...] se postulássemos objetos ficcionais¹, o que eles seriam?”² (Thomasson, 1999, p. 5, tradução nossa). E a sua resposta foi: eles seriam artefatos abstratos³. Os objetos ficcionais seriam artefatos porque dependeriam dos atos criativos de seus respectivos autores para virem à existência; além disso, eles seriam abstratos porque não poderíamos localizá-los no espaço⁴, assim como porque careceriam de eficiência causal. Nesse sentido, a autora argumentou que os objetos ficcionais pertenceriam a categorias metafísicas semelhantes àquelas dos objetos culturais e sociais, a exemplo dos casamentos e dos contratos.

A conjugação do verbo ‘postular’, que se encontra na primeira pessoa do plural do pretérito perfeito do subjuntivo, funciona como um convite para que desenvolvamos uma metafísica da ficção a partir das nossas

¹ São exemplos de objetos ficcionais: personagens ficcionais (Rodion Raskolnikov, Huckleberry Finn, Gregor Samsa, etc.), lugares ficcionais (Hogwarts, Terra Média, Gotham City, etc.), itens ficcionais (AT-AT, Sabre de Luz, Estrela da Morte, etc.) e eventos ficcionais (a transformação de Gregor Samsa em um inseto, etc.).

² No original: [...] If we postulated fictional characters, what would they be?.

³ Roman Ingarden (1973), John Searle (2002), Peter van Inwagen (2021) e Saul Kripke (2013) são antecessores relevantes do artefactualismo thomassoniano.

⁴ Tecnicamente, se seguirmos as contribuições mais recentes da Física, espaço e tempo são indissociáveis. No entanto, os objetos ficcionais têm um início no tempo (por exemplo, não havia tal coisa como Gregor Samsa durante o Período Medieval), embora não possamos localizá-los no espaço.

práticas teatrais, literárias e cinematográficas.⁵ Dessa forma, ao notarmos as semelhanças entre as metafísicas da ficção e dos objetos culturais e sociais, perceberemos, em seguida, que postular objetos ficcionais não será um recurso ontologicamente oneroso. Afinal de contas, ao sobreviver ao fio da Navalha de Ockham, o artefactualismo evidenciaria que os objetos ficcionais não seriam criaturas da escuridão, nem feririam o senso estético daqueles que apreciam paisagens desérticas.

No entanto, a autora foi além da tese do baixo custo ontológico da postulação de objetos ficcionais. Ela realizou o que chamamos de *Barganha de Thomasson* (Lemos, 2020, p. 63). A barganha consiste na seguinte circunstância: se aceitarmos que objetos sociais e culturais existem, então devemos aceitar a existência de objetos ficcionais. Do contrário, incorreremos em um caso de falsa parcimônia (Thomasson, 1999).⁶ Dado que, de acordo com as nossas práticas cotidianas, não estaríamos dispostos a negar a existência de casamentos, contratos, leis ou outros objetos e práticas que constituem o mundo social, então devemos reconhecer que a assunção de que objetos ficcionais existem nos fornece uma melhor teoria da ficção em comparação às alternativas rivais.

Essa melhor teoria solucionaria uma série de problemas metafísicos e linguísticos clássicos que envolvem a ficção. Um deles seria o Problema dos Nomes Vazios.⁷ Se objetos ficcionais existem, então nomes próprios ficcionais como ‘Gregor Samsa’ e ‘Rodion Raskolnikov’ fazem referência aos seus respectivos objetos ficcionais: Gregor Samsa e Rodion Raskolnikov. Se nomes ficcionais são nomes genuínos, então proferimentos que tomam os objetos ficcionais enquanto objetos ficcionais (que chamamos, a partir de François Recanati (2018), de ‘proferimentos metaficcionais’) podem ser valorados como verdadeiros ou falsos. Por exemplo, a partir do artefactualismo, podemos sustentar que é verdadeiro que Gregor Samsa é uma criação de Franz Kafka, enquanto que seria falso afirmar que Gregor Samsa é uma criação de Fiódor Dostoiévski. Embora o exemplo anterior seja trivial, autores como Gottlob Frege e Bertrand Russell desenvolveram teorias influentes em que os valores de verdade das proposições supramencionadas não são atribuídos da mesma maneira.⁸

Thomasson, por outro lado, publicou poucos textos acerca da metafísica da ficção após o lançamento de *Fiction and metaphysics* (1999).⁹ A autora passou a tratar de questões filosóficas mais amplas que dizem respeito ao aparato conceitual que devemos empregar para abordar questões ontológicas (áreas que chamamos de ‘metaontologia’ e ‘engenharia conceitual’). O nosso objetivo neste artigo é apresentar a metaontologia que Thomasson desenvolveu nesta nova fase de seu pensamento, em especial, a partir da obra *Ontology made easy* (2015a).¹⁰ Em seguida, mostraremos como o artefactualismo se comporta à luz da Ontologia Fácil e concluiremos que, apesar das diferenças notáveis, os projetos de *Fiction and metaphysics* e *Ontology made easy* são não apenas compatíveis, mas complementares.

A Ontologia Fácil de Amie Thomasson

Começamos a nossa exposição pela caracterização dos dois termos que aparecem na expressão ‘Ontologia Fácil’, pois, do contrário, o leitor poderá partir de pressupostos inadequados para interpretar a proposta da autora.

Thomasson entende que “A ontologia, a disciplina que agora se considera estar no centro da metafísica, preocupa-se em responder questões de existência”¹¹ (Thomasson, 2015a, p. 1, tradução nossa). Nesse sentido, a metafísica seria a área mais geral que analisa a natureza de um x (sendo ‘ x ’ uma variável que pode ser um objeto, evento, soma mereológica, etc.), enquanto a ontologia seria a área da metafísica que estuda, especificamente, se o x em questão existe. Portanto, um filósofo que se envolve em questões ontológicas investiga se objetos ordinários, personagens ficcionais, *abstracta*, etc., existem.

Introduzimos um novo conceito: ‘existência’. Temos, em relação ao modo como empregamos esse conceito, ao menos um consenso e um dissenso. O consenso diz respeito ao fato de que ‘existência’ desempenha uma função predicativa. A sentença ‘átomos existem’ diz algo sobre átomos, como, por exemplo, que devemos incluí-los no nosso catálogo de coisas que estão no mundo. Entretanto, o dissenso diz respeito ao tipo de função predicativa que esse conceito exerce. De um lado, entende-se que a existência

⁵ Em contraste com a inserção dos objetos ficcionais em um sistema metafísico pré-concebido.

⁶ Isso é, uma espécie de *cherry-picking* ontológico ou recorte arbitrário da realidade.

⁷ O artefactualismo mostra apenas que o Problema dos Nomes Vazios não atinge a ontologia da ficção. Porém, essa perspectiva não soluciona o problema em um sentido mais amplo.

⁸ Frege afirmava que, em função do Princípio de Composicionalidade, toda sentença pertencente ao discurso direto que apresenta um nome vazio ou aparente (*Scheineigennamen*) não faz referência ao Verdadeiro, nem ao Falso. Portanto, de acordo com Frege, tais sentenças seriam destituídas de valores de verdade (Cf. Lemos, 2022). Já Russell (1972) defendia, através do método de paráfrase que o autor apresentou em *Da denotação* (1972), que toda sentença em que consta um nome vazio deve ser valorada como falsa.

⁹ Os artigos mais notáveis que a autora publicou sobre o tema foram ‘Speaking of fictional characters’ (Thomasson, 2003) e ‘Fictional discourse and fictionalisms’ (Thomasson, 2015b).

¹⁰ A obra *Ontology made easy* (Thomasson, 2015a) foi a primeira parte da trilogia composta por *Norms and necessity* (Thomasson, 2020) e *Rethinking metaphysics* (Thomasson, 2025).

¹¹ No original: *Ontology, the discipline now considered to lie at the center of metaphysics, is concerned to answer existence questions.*

é um predicado de primeira ordem (Berto, 2012), ou seja, ‘existir’ indicaria uma propriedade de um x , tal como ‘ser branca’ indicaria uma propriedade da luz do sol na expressão ‘a luz do sol é branca’. Por outro lado, sendo esta a perspectiva fregeana endossada por Thomasson, podemos assumir que a existência é um predicado de segunda ordem, ou seja, que existir é uma característica dos conceitos que são instanciados, isto é, dos conceitos que têm ao menos um exemplar. Segundo Thomasson,

Dizer ‘Ps não existem’ é equivalente a dizer ‘o número de Ps é zero’, que, por sua vez, é equivalente a dizer ‘não há Ps’, ou ‘para todo x , isso não é um P’. Em cada caso, na perspectiva de Frege, o que é realmente asserido é algo sobre um conceito, não sobre um objeto — a saber, que o conceito não é instanciado¹² (Thomasson, 2015a, p. 66, tradução nossa, grifo da autora).

Dessa forma, ao dizermos ‘átomos existem’, não estamos atribuindo uma propriedade aos átomos (como atribuiríamos a propriedade ‘ter um núcleo’ ao afirmarmos ‘os átomos têm um núcleo’), mas sustentando que o número de átomos é, no mínimo, um. Analogamente, ao dizermos ‘fantasmas não existem’, estamos sustentando que o número de coisas que são fantasmas é igual a zero (isso é, não há instâncias de fantasmas).

A função do termo ‘existência’ é permitir a aplicação de um predicado, pois, em desacordo com a perspectiva Meinonguiana, Thomasson defende que somente o que existe tem propriedades (Thomasson, 2015a). Em outras palavras, o verbo ‘existir’ é unívoco, ou seja, não há nenhuma distinção funcional entre os verbos ‘haver’ e ‘existir’, sendo que o sentido de ‘existência’ não se altera de acordo com o contexto.¹³ Ademais, não seria o caso de que a existência de um x seja independente das propriedades que lhes são atribuídas (o que os Meinonguianos chamam de ‘Princípio de independência do *Sein* em relação ao *Sosein*’) (Meinong, 2005).

Portanto, reformulando o que dissemos anteriormente, um filósofo que se envolve em questões ontológicas investiga se os conceitos que introduzem objetos ordinários, personagens ficcionais, *abstracta*, etc., são instanciados.

Thomasson argumenta que as questões ontológicas significativas têm resposta. Além disso, sendo esse o aspecto distintivo de sua perspectiva, podemos respondê-las com facilidade. Porém, ‘Fácil’ é um termo de arte que concerne a adoção de uma metodologia a partir da qual responderemos as questões ontológicas. Podemos, de acordo com a autora, responder as questões ontológicas de duas maneiras: através de meios conceituais ou através de meios empíricos, sendo que tais meios não são mutuamente excludentes. No caso dos filósofos, geralmente ficamos com a parte conceitual na divisão do trabalho:

[...] A contribuição do filósofo (onde se pode fazer alguma contribuição) se encontra no lado conceitual: seja ao analisar os conceitos de maneiras que possam tornar explícitas as verdades conceituais que licenciam as inferências, ao tratar das objeções que indicariam que um conceito é confuso, ao sugerir revisões conceituais, ou ao dirimir dúvidas que estão assentadas em confusões conceituais¹⁴ (Thomasson, 2015a, p. 21, tradução nossa).

Afirmamos que as questões ontológicas significativas têm resposta. Thomasson defende que a significatividade das questões ontológicas é condicionada à articulação das regras de uso dos termos que empregamos. Em outras palavras, agora seguindo um vocabulário carnapiano (Carnap, 1980), a significatividade dessas questões depende de um *framework* linguístico.

Um *framework* é “[...] um conjunto de termos em uma linguagem, em adição às regras ou ‘modos de falar’ que governam seus usos”¹⁵ (Manley, 2009, p. 7, tradução nossa). As perguntas que realizamos empregando os termos estipulados pelo *framework* (perguntas internas) são significativas; as perguntas que realizamos sem empregar os termos estipulados por um *framework* (perguntas externas) são pseudo-questões ou, na melhor das hipóteses, são perguntas pragmáticas sobre a escolha de um sistema de referência (Eklund, 2013). Afinal, “[...] dado que a função do *framework* é a de estabelecer as regras de uso dos termos de uma linguagem, como podemos realizar uma pergunta sem adotar regras de uso específicas?” (Lemos & Kraemer, 2021, p. 244). A tentativa de responder uma questão ontológica sem adotar um *framework* é, tal como nas histórias imaginativas do Barão de Munchausen, comparável à tentativa de escapar da areia movediça de um pântano ao puxar os próprios cabelos.

¹²No original: To say ‘Ps don’t exist’ is equivalent to saying ‘the number of Ps is zero’, which is equivalent to saying ‘there are no Ps’, or ‘for everything whatsoever, it is not a P’. In each case, on Frege’s view what is really asserted is something about a concept, not about an object—namely, that the concept is uninstantiated.

¹³Desde que o uso não seja metafórico, como, por exemplo, em ‘você não existe!’, que pode significar ‘você é peculiar!’, ‘você é engraçado!’ ou ainda ‘você é intratável!’, a depender do contexto de enunciação.

¹⁴No original: [...] the philosopher’s contribution (where there is one to make) lies on the conceptual side: whether in analyzing the concepts in ways that can make explicit the conceptual truths that license the inferences, in addressing objections that would treat the concept as confused, in suggesting conceptual revisions, or removing doubts that rely on conceptual confusions.

¹⁵No original: [...] is something like a set of terms in a language along with rules or ‘ways of speaking’ that govern their use.

Portanto, 'Fácil' indica que não há mistério epistêmico nas questões ontológicas. Nesse sentido, Thomasson não está sugerindo, como se poderia supor erroneamente, que a ontologia seja uma área de estudos sem relevância. Não há, por parte da autora, uma tentativa de descredibilizar a ontologia ou mostrar que essa disciplina não envolve esforços intelectuais. Ao contrário, as questões ontológicas são certamente intrincadas e laboriosas, sendo a história da Filosofia, desde pelo menos Parmênides, uma evidência dessa complexidade. No entanto, se as questões ontológicas significativas têm respostas, então chegaremos às respostas corretas através de meios conceituais e/ou empíricos.

Por exemplo, podemos responder a pergunta 'qual é o resultado da soma '1+1'?' com facilidade, em ao menos dois sentidos distintos: por um lado, a resposta é fácil porque precisaríamos apenas adotar sistema da aritmética; por outro lado, porque podemos respondê-la sem maiores esforços intelectuais. Podemos responder a pergunta 'quais são os resultados da equação de segundo grau $4x^2 - 4x - 24 = 0$ '?' com a mesma facilidade do sentido metodológico anterior, pois bastaria aplicar a Fórmula de Bháskara para solucionar a questão; mas, se a realização do cálculo em questão é fácil ou difícil, é algo que depende somente da aptidão matemática do calculador — e não da metodologia.

Além disso, também podemos responder a pergunta 'quantos gatos domésticos existem no meu apartamento no momento em que redijo este artigo?' com facilidade: em termos metodológicos, responderemos a questão ao observarmos o número de gatos no meu apartamento neste momento; em termos investigativos, ao percebermos, provavelmente em poucos segundos, que o número de gatos no meu apartamento neste momento é igual a três. Finalmente, podemos responder a pergunta 'quantas araras existem no Brasil?' com facilidade em termos metodológicos, pois o método seria empírico (usando a visão e um método de contagem, por exemplo). No entanto, nesse caso, executar a contagem exata do número de araras que se localizam no território brasileiro seria um grande desafio. Em síntese, Thomasson emprega o termo 'Fácil' no sentido metodológico, como fica evidente nessa passagem:

Eu chamo essa abordagem para as questões de existência de 'fácil', uma vez que isso implica que aquelas questões de existência que são significativas não são assuntos profundos e difíceis para a disputa metafísica; mas, ao invés disso, são questões que podem ser solucionadas diretamente ao empregarmos a nossa competência conceitual e, em alguns casos, ao combiná-la com investigações empíricas¹⁶ (Thomasson, 2015a, p. 20).

O antônimo de *Easy ontology* é *hard ontology*, isso é, Ontologia Difícil. Thomasson sugere que o adjetivo '*hard*' é propositalmente ambíguo, de modo que também podemos traduzi-lo por 'pesada'. Os autores vinculados à Ontologia Difícil ou Pesada sustentam que podemos solucionar as questões ontológicas através de argumentos que, preferencialmente, estão em conformidade ao *modus operandi* das ciências naturais. Portanto, a autora se encontra em oposição aos projetos filosóficos que assumem que a tarefa da ontologia é talhar o mundo em suas articulações lógicas (Sider, 2011), ou postular as entidades com as quais as teorias científicas mais robustas se comprometem (Quine, 2011). Thomasson, nesse sentido, não favorece as teorias filosóficas que têm as virtudes conceituais como simplicidade ontológica e ideológica, alto poder explicativo ou adequação empírica. Essas são virtudes que devemos exigir das teorias científicas, pois o trabalho da Filosofia diz respeito à análise conceitual.¹⁷

O primeiro passo da análise conceitual é estipular as condições de aplicação dos termos que usamos para tratar de uma questão ontológica. As condições de aplicação são "[...] certas regras de uso básicas que estão entre aquelas que constituem o significado de um termo"¹⁸ (Thomasson, 2015a, p. 89, tradução nossa). Assim, quando dominamos um certo *framework* (ou estamos familiarizados com seus componentes), ele nos fornece as condições semânticas que sinalizarão ao falante quando um termo é corretamente aplicado ou não. Por exemplo, em quais condições seria adequado usar o termo 'cachorro doméstico'? Em situações em que estamos falando acerca de cachorros domésticos — o que gera um impedimento, em um sentido normativo, para que empreguemos esse mesmo termo para falar sobre cachorros selvagens ou gatos domésticos.¹⁹ Da mesma forma, alguém que domine a linguagem dos objetos ordinários compreende que, quando estiver diante de garfos e facas, poderá usar corretamente o termo 'talher', mas não o termo 'louça'.

Os falantes competentes de uma língua não precisam, nesse sentido, estipular as condições suficientes e necessárias para que o uso de um termo seja bem-sucedido (Thomasson, 2015a, p. 91). Não seria preciso,

¹⁶No original: *I call this the 'easy' approach to existence questions, since it entails that those existence questions that are meaningful are not deep and difficult subjects for metaphysical dispute, but rather questions to be resolved straightforwardly by employing our conceptual competence, often combining this with empirical investigations.*

¹⁷ Cf. Primeira parte de *Rethinking metaphysics* (Thomasson, 2025).

¹⁸No original: *[...] certain basic rules of use that are among those that are meaning-constituting for the term.*

¹⁹ Até mesmo porque geralmente aprendemos a usar um termo por ostensão e similitude.

portanto, definir os termos que pertencem ao nosso repertório linguístico para que possamos usá-los adequadamente.²⁰ Se esse fosse um requisito para usarmos os termos de uma língua, apenas os gramáticos e filólogos seriam capazes de se expressar adequadamente. E, mesmo se relegássemos o privilégio do uso de uma língua aos especialistas da linguagem, ainda não estaríamos imunes aos desafios cétricos. Pensemos, por exemplo, como seria difícil fornecer as condições suficientes e necessárias para que pudéssemos caracterizar um termo como 'cadeira'. Se estipularmos algo como um 'artefato composto de madeira que tem quatro pernas e usamos para nos sentar', teremos um problema para tratar das cadeiras que não são feitas de madeira ou para distinguir uma cadeira de uma poltrona. Não obstante, um falante competente usaria o termo 'cadeira' para falar de cadeiras e solicitaria maiores esclarecimentos de quem usasse o termo 'cadeira' para falar de poltronas. Thomasson afirma:

Em suma, ao invés de pensarmos nas condições de aplicação como definições que falantes competentes (ou qualquer outra pessoa) poderiam recitar, deveríamos pensá-las como regras que podemos adotar quando for ou não for apropriado usar um termo. Essa é uma habilidade que os falantes dominam quando adquirem a competência de aplicar e rejeitar um novo termo em situações variadas. Assim, uma vez que dominem essas regras, os falantes competentes são capazes de avaliar se um termo seria aplicado corretamente em uma série de situações efetivas e hipotéticas²¹ (Thomasson, 2015a, p. 93, tradução nossa).

A proposta da autora é associar a existência (um predicado de segunda ordem) às condições de aplicação do termo relevante. Tal associação apela ao fato de que, ao percebermos que um termo é corretamente aplicado, nada mais é requerido para que possamos concluir que as entidades correspondentes aos termos existem. Podemos, por exemplo, estipular que a condição de aplicação para o termo 'baralho' é o condicional 'se temos 52 cartas igualmente divididas em quatro naipes (paus, copas, ouros e espadas), então temos um baralho'. Sendo assim, em um caso em que estamos diante de 52 cartas igualmente divididas entre os quatro naipes conhecidos, nada nos impediria (i.e., não haveria nenhuma afronta linguística) de dizer que estamos diante de um baralho.²² Apelando a tal intuição, Thomasson associa a existência às condições de aplicação dos termos. Dessa forma, se temos que as condições de aplicação associadas a um termo 'K' foram cumpridas, dizemos que K existe. Formalmente temos o seguinte esquema (Thomasson, 2015a):

(E) K existe se, e somente se, as condições de aplicação atualmente²³ associadas a 'K' são satisfeitas.

Então, de acordo com a *Easy ontology*, dizemos que as respostas às questões ontológicas são facilmente encontradas, uma vez que não seria preciso nada além de uma análise conceitual dos termos. Para alguém que domina certo *framework*, ou seja, que conhece os termos e suas regras de uso, não haveria nada metafisicamente misterioso em desvendar quando os termos são corretamente aplicados.

Para concluir a exposição da metodologia thomassoniana, precisamos tratar das 'inferências triviais'. Tal processo inferencial parte de uma premissa amplamente aceita e não-controversa e, a partir de um princípio de transformação (um tipo de condição de aplicação), chega-se a uma sentença derivada que culmina em uma constatação ontologicamente ampliativa. Desse modo, podemos usar as inferências triviais para ilustrar o caminho realizado para responder as questões ontológicas. Assim, ficam expostas e claras as regras de uso e a análise conceitual que estamos empregando nos conceitos em questão. Por exemplo, se estamos discutindo a ontologia dos objetos matemáticos, podemos nos deparar com o questionamento acerca da existência dos números. A análise conceitual usada para responder tal questionamento pode ser exposta pela seguinte inferência trivial:

Pergunta ontológica: Números existem?

Afirmção não-controversa: Sandra comeu duas ameixas.

Princípio: Se S comeu N xs, o número de xs que S comeu é N.

Sentença derivada: O número de ameixas que Sandra comeu foi dois.

Constatação ontológica: Há um número (i.e., o dois).

²⁰ É evidente que há circunstâncias em que o uso de um termo envolverá deferência aos especialistas e ao mundo, como é o caso do discurso científico (Thomasson, 2015a).

²¹ No original: *In short, rather than thinking of application conditions as definitions competent speakers (or anyone else) could recite, we should instead think of them as rules for when it is and is not proper to use a term, which speakers master in acquiring competence with applying and refusing a new term in various situations, and that (once mastered) enable competent speakers to evaluate whether or not the term would properly be applied in a range of actual and hypothetical situations.*

²² Pelo contrário, dizer que temos tal conjunto de cartas, mas que não temos um baralho, soaria absurdo. Um falante cometeria um erro ao dizer 'temos um conjunto de 52 cartas igualmente divididas em quatro naipes, mas não temos um baralho', pois indicaria não saber utilizar o termo 'baralho'.

²³ Também vale notar que usamos o termo 'atualmente' ao falar de (E). Tal uso não é gratuito. Fixamos as condições de aplicação do mundo atual para evitar mundos possíveis em que há Ks, mas não há o conceito 'K' ou, ainda, mundos em que há Ks mas as condições de aplicação para 'K' são distintas.

Começamos elencando uma afirmação fora da disputa ontológica. Ninguém contestaria, à luz das nossas práticas cotidianas e de uma tautologia tão patente, que se Sandra comeu duas ameixas, então Sandra comeu duas ameixas. Além disso, com o uso de um princípio presente no *framework* dos números ('Se *S* comeu *N* ameixas, o número de ameixas que *S* comeu é *N*'), transformamos a asserção inicial não-controvertida em uma constatação ontologicamente ampliada ('Há um número (i.e., o dois)'). Analogamente, para responder o tradicional questionamento metafísico acerca da existência de propriedades, podemos usar a seguinte inferência trivial:

Pergunta ontológica: Propriedades existem?

Afirmação não-controvertida: A mochila é vermelha.

Princípio: Se *M* é *V*, então *M* tem a propriedade de *V*-dade (ou *V*-dão).

Afirmação derivada: A mochila tem a propriedade de vermelhidão.

Constatação ontológica: Há uma propriedade (i.e., a vermelhidão).

Dessa forma, um primeiro resultado que obtemos, ao adotar a *Easy ontology*, é um realismo em relação às entidades em disputa.²⁴ Isto é, se temos que certo termo sortal '*K*' foi usado de acordo com as regras de uso (associadas, pelo *framework*, ao conceito '*K*'), devemos concluir que o conceito *K* não é vazio. Em outras palavras, devemos concluir que o conceito *K* tem ao menos uma instância, isto é, existem *K*s. Assim, a meta-ontologia de Thomasson resultará em uma ontologia que defende a existência de números, propriedades, eventos, cadeiras, etc., desde que suas condições de aplicação sejam cumpridas a contento à luz de determinado *framework* linguístico:

Portanto, nesta interpretação, obtemos algo como uma perspectiva fácil para essas questões existenciais *que podem ser expressas e perguntadas de modo significativo*. Se realizamos uma pergunta existencial genérica como 'números existem?' ou 'propriedades existem?' usando esses termos *no único sentido que eles possuem — usando as regras pelas quais eles são introduzidos na linguagem* — a resposta é um fácil e direto 'sim'²⁵ (Thomasson, 2015a, p. 41, tradução nossa, grifo da autora).

Tendo apresentado as linhas gerais da Ontologia Fácil de Amie Thomasson, analisaremos a seguir como essa metodologia filosófica se comporta em relação ao problema da existência dos objetos ficcionais e, em especial, o modo como esse projeto se compatibiliza com o artefactualismo que a autora apresentou em *Fiction and metaphysics* (1999).

A Ontologia Fácil na ficção

O problema da existência dos objetos ficcionais começa por um impasse, pois as nossas intuições sobre o tema são conflitantes.²⁶ De um lado, parece ser plausível afirmar que os objetos ficcionais não existem, pois o adjetivo 'ficcional' sugere que o objeto em questão — se for realmente um objeto — está sendo qualificado como fantasioso ou imaginário. Empregamos, no discurso ordinário, o termo 'ficcional' como um antônimo para 'factual' ou 'real', o que nos leva a concluir que Sherlock Holmes, por exemplo, não é um detetive *simpliciter*, mas um detetive apenas de acordo com uma história. Alguém que almeje telefonar para Sherlock Holmes a fim de que ele solucione um mistério intrincado será corretamente advertido com a sentença 'Holmes não pode nos ajudar, pois é apenas um personagem ficcional'.

Por outro lado, também parece ser plausível sustentar que os objetos ficcionais existem, uma vez que estamos atribuindo a propriedade 'é um detetive ficcional' a alguma coisa que, por seu turno, não pode exemplificar a propriedade 'é um astronauta ficcional'. Além disso, afirmamos que o Sherlock Holmes dos romances de Conan Doyle é o mesmo Sherlock Holmes dos filmes aos quais assistimos no cinema, apesar das narrativas serem consideravelmente distintas. Isto é, diferentemente de um mero objeto imaginário (que teria condições de identidade imprecisas, pois cada indivíduo possui um estado mental distinto acerca de algo), parece que, em nossos discursos, atribuímos identidade e predicamos certas propriedades aos

²⁴ A metaontologia thomassoniana é assumidamente deflacionista. No entanto, não se deve presumir que o conceito deflacionado seria o de existência, pois, na Ontologia Fácil, o que é deflacionado é o próprio debate ontológico. Ou seja, uma vez que as respostas aos debates ontológicos podem ser encontradas de maneira direta, o próprio debate acerca da existência das entidades parece, de certa forma, supérfluo (Thomasson, 2015a).

²⁵ No original: *On this interpretation, then, we do get something like an easy approach to those existence questions that can be meaningfully stated and asked. If we ask a general existence question such as 'are there numbers?', 'are there properties?', 'are there propositions?', using those terms in the only sense they have—using the rules by which they are introduced into the language, the answer is a straightforward, easy 'yes'.*

²⁶ Barbero et al. (2024) conduziu uma pesquisa experimental que concluiu que as nossas inclinações pré-filosóficas (ou 'intuições') acerca da existência de objetos ficcionais são caracteristicamente realistas.

objetos ficcionais. Deste ponto de vista, os objetos ficcionais seriam melhor compreendidos como entidades que são criadas em determinado momento por um autor inventivo e que fazem parte do mundo social. Mas como devemos solucionar a querela?

Dispomos de uma gama de posições acerca da ontologia dos objetos ficcionais. Por exemplo, como vimos, Thomasson defende uma posição realista que sustenta que os objetos em questão são artefatos abstratos. Outros autores, a exemplo de Kendall Walton (1990), trilham a via antirrealista e tentam explicar nossos discursos ficcionais sem postular entidades ficcionais. Contudo, o que pretendemos analisar aqui é o ponto de vista metaontológico. Mais especificamente, pretendemos verificar se seria viável aplicar a Ontologia Fácil para solucionar essa querela e, em seguida, verificar se esse caminho seria compatível com a posição artefactualista defendida pregressamente pela própria autora.

De acordo com a perspectiva carnapiana de Thomasson, não devemos perguntar se objetos ficcionais existem sem antes adotar um determinado *framework* linguístico. Pois, como expusemos na seção anterior, perguntas externas são pseudoquestões ou perguntas pragmáticas que têm a pretensão de nos levar adotar um *framework*. Adotemos, então, a Ontologia Fácil e um sistema linguístico relevante para responder essa pergunta.²⁷

Primeiramente, partindo de uma perspectiva artefactualista, temos que objetos ficcionais pertencem a categorias metafísicas próximas às dos objetos culturais e sociais, a exemplo dos casamentos e dos contratos. No caso dos casamentos, se duas pessoas declaram seus votos diante de um juiz de paz, nada mais é requerido para concluirmos que, a partir daquele instante, um casamento passa a existir. Analogamente, como é destacado por Thomasson em ‘Fictional discourse and fictionalism’ (2015b), se um autor usa o nome ‘N’ fingindo se referir ao objeto ficcional N, então não precisamos de nenhuma demanda adicional para afirmar que há um objeto ficcional (a saber, N). Em outras palavras, quando um autor está engajado em uma narrativa, conseguimos garantir a existência de objetos ficcionais, o que significa que podemos estipular uma condição de aplicação nos moldes do seguinte condicional: ‘Se um autor escreve uma história fingindo se referir a N, então o autor cria N’. Seguindo os padrões descritos na seção anterior, temos a seguinte inferência trivial:

Pergunta ontológica: Objetos ficcionais existem?

Afirmção não-controversa: Jane Austen escreveu um romance usando o nome ‘Emma’ para fingir referir e descrever uma mulher.

Princípio: Se um autor escreve uma história usando um nome ‘N’ para fingir referir e descrever alguém, então o autor cria um personagem ficcional.

Afirmção derivada: Austen criou um personagem ficcional.

Constatação ontológica: Há um personagem ficcional²⁸ (Thomasson, 2015b, p. 261, tradução nossa).

Por isso, de acordo com Thomasson, a circunstância “[...] se um autor usa um nome ficcionalmente ao escrever uma história, então há um personagem ficcional [...]”²⁹ é análoga à situação “[...] se x e y dizem as palavras apropriadas no contexto correto, então um casamento passa a existir”³⁰ (Thomasson, 2015a, p.

²⁷ No entanto, esse não é um consenso na comunidade filosófica. Os objetos ficcionais, mesmo que entendidos como *abstracta*, enfrentam uma dificuldade adicional que não é enfrentada pelos objetos abstratos matemáticos, a exemplo dos números e das equações. Apesar das entidades matemáticas não resistirem ao Princípio Eleático (que sustenta que aquilo que existe deve estar no espaço e no tempo e ser causalmente eficiente), elas tradicionalmente são resgatadas e postuladas em uma ontologia em função de argumentos que apelam para a indispensabilidade dessas entidades. Em especial, para que possamos fazer sentido do discurso científico. Quine, por exemplo, um adepto da Navalha de Ockham, estabelece cinco estágios em sua metaontologia:

Estágio 1: ‘Identificar a melhor teoria (a física, para Quine)’.

Estágio 2: ‘Identificar a lógica canônica (a lógica de primeira ordem, para Quine)’.

Estágio 3: ‘Traduzir a melhor teoria para a lógica canônica (em certa medida, para Quine, a paráfrase é permitida)’.

Estágio 4: ‘Determinar o domínio de quantificação requerido para tornar essa tradução verdadeira (todos os domínios equinumericos são igualmente satisfatórios, para Quine)’.

Estágio 5: ‘Extrair os comprometimentos com as entidades a partir dos elementos do domínio requerido (com consequências radicalmente eliminativistas, para Quine)’ (Schaffer, 2009, p. 366 apud Lemos & Kraemer, 2021, p. 249).

Os números e as equações, portanto, seriam indispensáveis para fazer sentido das nossas melhores teorias científicas (para uma perspectiva rival. Cf. Field, 1980). Porém, um objeto ficcional como Sherlock Holmes é totalmente dispensável para a física. No cenário mais otimista, Holmes pode servir de inspiração para que um cientista deseje se tornar um indivíduo sagaz e atento aos detalhes. No entanto, é certamente possível construir um acelerador de partículas sem consultar um romance de Arthur Conan Doyle.

Ao mesmo tempo, a metaontologia quineana elimina a existência de casamentos, contratos e outras entidades sociais que, se são dispensáveis para uma área como a física, são indispensáveis para as relações humanas. Portanto, o debate se torna metaontológico, pois devemos estabelecer qual *framework* seria mais promissor para tratar da existência de objetos em geral (incluindo os objetos ficcionais). Thomasson trata dessa questão extensamente em *Ontology made easy* (2015a).

²⁸ Uncontroverial claim: Jane Austen wrote a novel using the name ‘Emma’ to pretend to refer to and describe a woman.

Linking principle: If an author writes a story using a name N to pretend to refer to and describe someone, then the author creates a fictional character.

Derived claim: Austen created a fictional character.

Ontological claim: There is a fictional character. (Thomasson, 2015b, p. 261).

²⁹No original: [...] If an author uses a name fictionally in writing a story, then there is a fictional character [...].

³⁰No original: [...] If x and y say the proper vows in the right context, then a marriage comes to exist.

258, tradução nossa), pois em ambos os casos temos a constatação ontológica de que a entidade em questão na pergunta ontológica é existente. Desse modo, em linhas gerais, destacamos que há uma concordância entre os projetos adotados pela autora. Ou seja, seria viável usar a Ontologia Fácil para responder, também de maneira afirmativa, a pergunta acerca da existência de objetos ficcionais.

Além disso, a teoria traz a vantagem de postular os personagens ficcionais, mas não as características que esses personagens possuem de acordo com uma história. Do fato de Conan Doyle ter criado Sherlock Holmes não se segue que Sherlock Holmes seja um detetive *simpliciter*, mas um detetive ficcional (Cf. Lemos, 2023). Se esse é o caso, então a intuição antirrealista de que não podemos convidar Sherlock Holmes para solucionar um mistério pode ser acomodada sem maiores dificuldades. Segundo Thomasson,

Então, em suma, penso que deveríamos de fato ser ficcionalistas sobre as pessoas, criaturas e lugares descritos em obras de ficção: o discurso na e sobre o conteúdo das novelas pode ser fingido, ou melhor compreendido no contexto de um operador [como 'de acordo com a história']. Felizmente ou infelizmente, não há razão para pensar que há pessoas e criaturas maravilhosas, assustadoras ou místicas sobre as quais lemos nos livros. Mas não devemos ser ficcionalistas sobre os *personagens ficcionais*, entendidos como artefatos abstratos, que são os tópicos da discussão na história e na crítica literária³¹ (Thomasson, 2015b, p. 272, tradução nossa, grifo da autora).

Por outro lado, sustentamos que Thomasson precisaria abdicar da teoria do fingimento para preservar a analogia entre entidades ficcionais e entidades sociais. De acordo com Thomasson, o proferimento do autor de ficção ao narrar uma história carece de força ilocucionária. O autor da obra de ficção está, seguindo a terminologia de Searle (2002), fingindo realizar uma asserção. Já no exemplo do matrimônio, o proferimento dos indivíduos tem força declarativa, isto é, o proferimento institui o estado de coisas do matrimônio. Em oposição a Thomasson, sustentamos (Lemos, 2020, 2021, 2023) que o proferimento do autor de ficção tem força declarativa³², isto é, institui um estado de coisas ficcional. Sendo esse o caso, argumentamos que o princípio 'Se um autor escreve uma história usando um nome N para fingir referir e descrever alguém, então o autor cria um personagem ficcional' é inválido, pois apesar de aceitarmos a constatação ontológica 'Há um personagem ficcional', é um mistério como um autor pode criar um objeto ficcional ao fingir que algo seja o caso. De fato, "Tanto na metafísica como alhures, a única maneira de tirar um coelho da cartola é puxando um coelho que já estava lá"³³ (Thomasson, 2015a, p. 220, tradução nossa), mas é necessário que a força ilocucionária seja característica de um processo criativo.

Há outras lacunas na aplicação da Ontologia Fácil à ficção, pois, uma vez que o debate se concentrou nos contextos literários, ainda não dispomos de uma noção robusta que nos auxilie na análise de objetos ficcionais criados por meios pictóricos ou imagéticos. Por exemplo, em que sentido diríamos que Steve Ditko e Stan Lee, ao criarem os personagens e as histórias envoltas nos quadrinhos do Homem Aranha, estavam fingindo referir aos personagens? Tal questionamento poderia se expandir, pois também não é claro o que conta como um ato ilocucionário nos quadrinhos ou nas artes plásticas e visuais. Se analisarmos outras mídias, como o cinema, parecerá que a análise fornecida acima não traria maiores esclarecimentos, dado que temos pelo menos três momentos na criação da obra cinematográfica: a escrita do roteiro, a performance desse roteiro em frente às câmeras e a produção final para a divulgação do filme. Assim, nos restaria saber em qual desses momentos deveríamos considerar o fingimento de um ou mais autores.

Por fim, há uma distinção metodológica entre os projetos de *Fiction and metaphysics* (1999) e *Ontology made easy*. Na primeira obra, Thomasson pretendeu estabelecer as características dos objetos ficcionais, mesmo que eles não existissem. Para tanto, deveríamos começar a investigação pelas nossas práticas de ficção para então estabelecer a metafísica dos objetos ficcionais e, ao final, a sua ontologia. Em outras palavras, a análise metafísica seria anterior à análise ontológica, sendo a segunda uma derivação da primeira. Já na segunda obra, Thomasson defende que devemos observar as condições de aplicação dos termos que empregamos e, em seguida, através das inferências fáceis, derivar os comprometimentos ontológicos. Nesse sentido, supor que objetos ficcionais não existem seria um procedimento supérfluo, pois a resposta para a pergunta ontológica seria anterior à questão metafísica, sendo a segunda uma derivação da primeira. Constatamos, portanto, uma inversão da prioridade entre a metafísica e a ontologia.

³¹No original: So, in sum, I think we should indeed be fictionalists about the people, creatures, and places described in works of fiction: talk within and about the content of novels may well be pretenceful, or best understood as in the context of a story operator. Happily or sadly, there is no reason to think that there are the wonderful, terrifying, and mystical people and creatures we read about in books. But we should not be fictionalists about fictional characters, understood as abstract artefacts that are the topics of discussion in literary history and criticism.

³² Ou, de forma mais genérica, o que Austin denominou 'performativo' (Austin, 1990).

³³No original: In metaphysics as elsewhere, the only way to pull a rabbit out of a hat is if it's already there.

Considerações finais

Apesar das diferenças entre os projetos e as eventuais críticas que podemos apresentar aos desdobramentos da Ontologia Fácil de Thomasson, continuamos a endossar a conclusão à qual a autora chega em ambas as obras: os objetos ficcionais existem (questão ontológica) e são artefatos abstratos (questão metafísica). Nesse sentido, é possível sustentar a tese central de *Fiction and metaphysics* (1999) adotando a metodologia de *Ontology made easy*. Ademais, consideramos que a *Easy ontology* é um refinamento metodológico em relação à filosofia do senso comum de *Fiction and metaphysics* (1999), uma vez que a Ontologia Fácil conta com um caráter sistemático que nos auxilia a desatar as disputas ontológicas que dizem respeito não apenas aos objetos ficcionais, mas a qualquer termo ‘K’ que seja usado com o intento de tratar da existência de um determinado K.

Restam ainda desafios que essa metodologia deve enfrentar, a exemplo do esclarecimento do tipo de força ilocucionária que seria necessária para criar um objeto ficcional, ou, ainda, do detalhamento de como funciona o processo de criação de entidades que não são estritamente linguísticas, mas imagéticas. Esses desafios, no entanto, podem ser abordados dentro da própria Ontologia Fácil porque, de um lado, a metodologia opera satisfatoriamente quando substituímos a ausência de força ilocucionária pela força declarativa nos proferimentos ficcionais; e, por outro lado, porque a própria comunidade de filósofos da linguagem ainda não atingiu um consenso sobre o tipo de força ilocucionária que uma imagem pode exercer. Ainda assim, esses são desafios filosóficos interessantes que pretendemos analisar posteriormente.

Referências

- Austin, J. L. (1990). *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Artes Médicas.
- Berto, F. (2012). *Existence as a real property: the ontology of meinongianism*. Springer.
- Carnap, R. (1980). *Empirismo, semântica e ontologia*. Editora Abril Cultural.
- Eklund, M. (2013). Carnap’s metaontology. *Nous*, 47(2), 229-249. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0068.2011.00830.x>
- Field, H. (1980). *Science without numbers: the defence of nominalism*. Princeton University Press.
- Ingarden, R. (1973). *A obra de arte literária*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Kripke, S. (2013). *Reference and existence*. Oxford University Press.
- Lemos, I. (2023). The role of modifying adjectives in fictional discourse. *Veritas (Porto Alegre)*, 68(1), 1-13. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2023.1.44617>
- Lemos, I. (2022). Frege sobre a ficção. *Problemata: International Journal of Philosophy*, 13(2), 170-185. <https://doi.org/10.7443/problemata.v13i2.62852>
- Lemos, I. (2021). What does it take for an author to create a fictional object? *Princípios: Revista de Filosofia*, 28(56), 9-27. <https://doi.org/10.21680/1983-2109.2021v28n56ID23120>
- Lemos, I. (2020). *A Metafísica e a Semântica da Ficção: Uma Abordagem Artefactual* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis].
- Lemos, I. & Kraemer, C. (2021). O que é ‘Metametafísica’? Uma Análise das Metodologias de Meinong, Carnap e Quine. *Griot: Revista de Filosofia*, 21(2), 237-255. <https://doi.org/10.31977/grirfi.v21i2.2336>
- Manley, D. (2009). Introduction: a guided tour of metametaphysics. In D. Chalmers, D. Manley, & R. Wasserman (Eds.), *Metametaphysics: new essays on the foundation of ontology* (pp. 1-37). Oxford University Press.
- Meinong, A. (2005). Sobre a teoria dos objetos. In C. R. Braidão, *Três aberturas em ontologia: Frege, Twardowski e Meinong* (pp.91-145). Edições Nephelibata.
- Quine, W. O. (2011). Sobre o que há. In W. V. O. Quine, *De um ponto de vista lógico*, 11-35. Editora Unesp.
- Searle, J. R. (2002). O estatuto lógico do discurso ficcional. In J. R. Searle, *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*(pp.95-119). Martins Fontes.
- Sider, T. (2011). *Writing the Book of the world*. Oxford University Press.
- Recanati, F. (2018). II - Fictional, metafictional, parafictional. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 118(1), 25-54. <https://doi.org/10.1093/arisoc/aoy001>
- Russell, B. (1972). *Da denotação*. Editora Abril Cultural.

- Thomasson, A. (1999). *Fiction and metaphysics*. Cambridge University Press.
- Thomasson, A. (2003). Speaking of fictional characters. *Dialectica*, 57(2), 207-223.
- Thomasson, A. (2015a). *Ontology made easy*. Oxford University Press.
- Thomasson, A. (2015b). Fictional discourse and fictionalisms. In A. Everett, & S. Brock (Eds.), *Fictional objects*(pp. 255-274). Oxford University Press.
- Thomasson, A. (2020). *Norms and necessity*. Oxford University Press.
- Thomasson, A. (2025). *Rethinking metaphysics*. Oxford University Press.
- van Inwagen, P. (2021). Ficção e metafísica. *Veritas*, 66(1), 1-9. <https://doi.org/10.15448/1984-6746.2021.1.39851>
- Barbero, C., Domaneschi, F., Enrici, I., & Voltolini, A. (2024). What is existence? A matter of co(n)text. *Acta Analytica*, 39(1), 1-18. <https://doi.org/10.1007/s12136-023-00550-7>
- Walton, K. (1990). *Mimesis as make-believe: on the foundations of the representational arts*. Harvard University Press.